

**AgInt nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
Nº 6.019 - DF (2013/0303345-1)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
AGRAVADO : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL - SINPROPREV
ADVOGADOS : MARISTELA PINTO DA MOTA E OUTRO(S) - DF001691A
MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO -
DF016362
INTERES. : GEORGE DIAS FARAH
INTERES. : GEORGETTE SILVA DE OLIVEIRA MENDONCA
INTERES. : GEORGINA CAVALCANTI DA SILVA
INTERES. : GERALDO COELHO CESAR
INTERES. : GERALDO COSTA DA CAMINO
INTERES. : GERALDO GABRIEL NUNES COELHO
INTERES. : GERALDO JOSE ARAUJO MOTA
INTERES. : GERALDO LINS E SILVA
INTERES. : GERALDO MESQUITA LUDUVICE
INTERES. : GERALDO PEREIRA DE PAULA
INTERES. : GERALDO RIBEIRO DO VALLE
INTERES. : GERARDO NELSON DE SAYAO DELDUQUE
INTERES. : GERMANA MAIA DE OLIVEIRA SILVA
INTERES. : GILBERTO JESUS FERRO MORAIS REGO
INTERES. : GILBERTO LIMA VIEIRA AMARANTE
INTERES. : GILBERTO LOPES DE ALBUQUERQUE
INTERES. : GILDA FUNCHAL DE FARIA
INTERES. : GILDA MARIA ROCHA DA SILVA
INTERES. : GILDA RIBEIRO MENDES
INTERES. : GLENIO DIAS DA SILVA
INTERES. : GRACIETTE CASTILHO CASANOVA
INTERES. : GUILHERME EITHEL MORETZSOHN BRANDI
INTERES. : HAMILTON DE SOUZA FREITAS
INTERES. : HAROLDO PINHEIRO TRINDADE
INTERES. : HEITOR LUZ FILHO

DECISÃO

Vistos.

Em decisão anterior, julguei parcialmente procedentes os embargos à execução para extinguir o feito em relação a alguns substituídos e fixar os parâmetros de cálculo. Condenei as partes ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Mediante a Petição n. 00798031/2019 (fls. 247-249), o INSS interpõe agravo interno pugnando pela reconsideração da decisão agravada para que seja estipulada condenação sobre o valor executado dos substituídos que tiveram a execução extinta.

Apresenta também "as fichas financeiras dos substituídos e a documentação comprobatória das litispendência(s)/duplicidade(s) da substituída GEORGETTE SILVA DE OLIVEIRA MENDONÇA" e informa que não foi identificado até o momento processo litispendente da substituída GEORGINA CAVALCANTI DA SILVA.

O sindicato agravado impugnou sob a alegação de que é incabível a pretensão da autarquia considerando que a "liquidação do julgado se dará, tão somente, em relação àqueles substituídos que permaneceram no feito após a exclusão dos instituidores elencados no feito".

Refutou o pleito de exclusão da substituída GEORGETTE SILVA DE OLIVEIRA MENDONÇA sob a alegação de que a documentação apresentada não é suficiente para comprovar a litispendência. Alternativamente, requereu prazo para análise mais detalhada.

É o relatório. Decido.

Na decisão de fls. 229-239 ficou expressamente consignado que a parte autora foi condenada ao pagamento de honorários "fixados em 8% sobre o valor que for reduzido entre o cálculo inicial apresentado e o cálculo decorrente da liquidação do presente julgado".

Ora, se diante do julgamento dos embargos alguns substituídos foram excluídos do feito, por óbvio o valor decorrente da liquidação do julgado para eles resultará em *zero*.

Assim, o percentual fixado a título de condenação deverá recair sobre o total executado, tal como pretende o agravante. Não é o caso, portanto, de reconsideração da decisão agravada e nem de apresentação do recurso para julgamento colegiado.

Cumpra-se a decisão de fls. 229-239 no que diz respeito à expedição dos requisitórios de valor incontroverso, inclusive em relação a GEORGINA CAVALCANTI DA SILVA.

Prejudicado o pedido de dilação de prazo (fls 243-245), tendo em vista a juntada das informações por meio da petição de fls. 1.071-1.075.

Intime-se o exequente para se manifestar quanto à documentação que supostamente comprova a litispendência em relação a GEORGETTE SILVA DE OLIVEIRA MENDONÇA.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção